



Nuno Álvares Pereira. Uma reflexão *

Luís Adão da Fonseca **



Dom Nuno Álvares Pereira (pormenor)

1

Nuno Álvares Pereira nasce em 24 de Junho de 1360, em lugar ainda não definitivamente esclarecido, sendo Cernache do Bonjardim e a Flor da Rosa as hipóteses mais geralmente aceites. É filho natural do Prior da Ordem do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Pereira, e de Iria Gonçalves do Carvalhal, tendo sido, no ano seguinte, em 24 de Julho, legitimado por D. Pedro I. Os tempos em que vive - entre a segunda metade do século XIV e a primeira metade da centúria seguinte - não são fáceis. Na Europa, são anos de graves dificuldades económicas e sociais, de profundas transformações na vida política, de enfrentamentos bélicos quase permanentes (em que sobressai a chamada *Guerra dos Cem Anos*), de desajustamentos culturais e intelectuais, de funestas divisões no campo religioso, materializadas no *Cisma do Ocidente*, com duas sedes apostólicas, em Roma e em Avinhão, digladiando-se pela chefia da Cristandade (1378-1417). Portugal é afectado por tudo isto de forma

directa, não sendo poucos os domínios da nossa vida colectiva que não podem ser adequadamente compreendidos sem ter em conta o coevo panorama europeu. Nesta conjuntura, o reino lusitano vive a partir de meados do século XIV um clima de agitação e de guerra endémica. Subido ao trono em 1367, o rei D. Fernando, pressionado pela guerra europeia e pelos seus efeitos directos na Península Ibérica, protagoniza durante anos (1369-1382) sucessivas operações militares de intervenção em Castela, com resultados claramente negativos que deixaram um rasto de dor, desastres e dificuldades. No decorrer da chamada *terceira guerra fernandina*, em Julho de 1381, Portugal é invadido e a armada portuguesa é esmagada em Saltes. Entretanto, Lisboa é cercada pela frota castelhana, primeiro em Novembro de 1381 e depois em Março de 1382. Militar e politicamente derrotado, D. Fernando acaba por aceitar uma solução juridicamente compreensível mas politicamente desastrosa: mediante o tratado de paz de Salvaterra (em Abril de 1383), a sua única filha, D. Beatriz (criança de 10 anos de idade) casa com o rei de Castela João I, homem maduro e já viúvo. Em face da situação internacional, para Portugal, esta situação pode ser vista, a curto prazo, como uma segurança, embora, como é bem conhecido, represente também, a médio prazo, uma perigosa hipoteca. Mas, no momento, o benefício obtido parece justificar o preço. Assim se explica que, no final de 1382, tenha existido no País um certo consenso a favor desta solução: representa a única alternativa capaz de, no momento, oferecer a paz. No entanto, isso não diminui a delicadeza da situação, uma vez que se mantêm as difíceis e perigosas implicações deste acordo. Neste contexto, o monarca D. Fernando morre em Outubro de 1383, sem filhos varões, tendo entregado a regência à viúva, D. Leonor Teles, personagem estranha, de difícil compreensão ainda hoje. Enquanto o país se agita, a rainha, por razões pessoais e políticas, empenhada numa lógica de circunstância, envereda pelo caminho de uma atabalhoada defesa dos direitos da filha, criando as condições que vão dar origem a uma profunda divisão da sociedade portuguesa. Em muito pouco tempo, tais divisões saltam à luz do dia. A oposição à regente, liderada pelas cidades marítimas - com Lisboa à cabeça-, desce às ruas, e os acontecimentos sucedem-se a uma velocidade vertiginosa. O conde de Ourém (amante da rainha e conhecido agente dos interesses estrangeiros) é assassinado (em Dezembro de 1383), o infante D. João, filho de D. Pedro I e de Inês de Castro, refugiado em

Castela, aparece como alternativa nacional (o que explica a sua imediata prisão no reino vizinho), acabando o Mestre de Avis por encabeçar a oposição a D. Leonor Teles. Este é filho do mesmo rei D. Pedro I e de Teresa Lourenço, e aparece, no início, como representante do meio-irmão e homónimo, o já citado infante D. João, mas, depois, já actua como defensor do reino em nome próprio. Ou seja, em poucos meses alastra por todo o reino um clima de guerra civil. Para recorrer as palavras de FERNÃO LOPES, poder-se-á exclamar: *Oh, que forte coisa e mortal guerra [é] de ver uns portugueses quererem destruir os outros, e aqueles que um ventre gerou e uma terra deu criação desejarem de se matar de vontade e espargir o sangue dos seus divedos e parentes!* Em suma, as principais correntes da opinião e os correspondentes grupos de pressão portugueses dividem-se quanto à atitude a tomar. O partido anglófilo encontra franco apoio entre a burguesia das cidades marítimas. A aristocracia, por sua vez, divide-se: uns aceitam a amizade castelhana, a qual, através do casamento de D. Beatriz com João I de Castela, encerra duvidosas garantias para a nossa independência; outros defendem o recurso a uma solução nacional, concretizada na defesa da sucessão na linhagem de Inês de Castro.

No entanto, subjacentes a ambas as opções nobiliárquicas, existem factores comuns que importa ter em consideração: são os valores cavaleirescos do código de honra tantas vezes aludidos na bibliografia, são os condicionalismos derivados do relacionamento interno das famílias aristocráticas, e relativos tanto aos problemas sucessórios como aos aspectos militares, e são determinados interesses de tipo económico de carácter multiforme, como é o caso daqueles que estão relacionados com a interpenetração económica do interior português com o território castelhano. É mesmo possível que, para a alta nobreza portuguesa, a organização castelhana tenha eventualmente aparecido como um modelo atractivo a imitar. São aspectos insuficientemente conhecidos, e que importaria estudar com maior atenção. No meio, actuam elementos desestabilizadores de origem vária; é o caso do grupo de emigrados *emperegilados* (isto é, os emigrantes partidários do rei D. Pedro I de Castela, opostos à dinastia Trastâmara que então governava esse reino) que, controlando alguns lugares chave, se conduzem de forma ambígua, oscilando entre um certo *anglofilismo* e algum *castelhanofilismo* pouco claro. Finalmente, D. Leonor Teles, cada vez mais interessada na defesa de um poder pessoal, age ao sabor das circunstâncias. É evidente, finalmente, que a conjuntura da crise económica e social não é alheia a este ambiente político. Nas suas linhas gerais, é assunto bem conhecido. Como muitas vezes acontece em situações deste tipo, as explicações fáceis que dividem os bandos entre *patriotas* e *traidores* não satisfazem. A gravidade e dimensão dos problemas, as profundas implicações internas e externas

das opções em jogo, a interferência de factores múltiplos de ordem social, económico e estratégico, aconselham-nos a ser prudentes nos juízos. Nos anos 80 do século XIV, a Europa Ocidental, em geral, e a Península Ibérica, em particular, enfrentam uma situação delicada em que a ruptura dos equilíbrios entre os poderes tradicionais se expressa na dificuldade em lograr novas articulações políticas e diplomáticas que substituam com êxito as anteriores, que se tinham revelado inoperantes. Por outro lado, como já disse, o debate torna-se ainda mais agreste porque ambas as opções têm directas implicações externas. Assim, sem exagero, pode dizer-se que estão em jogo *diferentes futuros* para a sociedade portuguesa. É essa terrível possibilidade, da qual os protagonistas de ambos os lados têm perfeita consciência, que transforma um difícil problema de sucessão dinástica em embate aberto, gerador da guerra civil a que já fiz referência.



Frei Nuno de Santa Maria (pormenor)

2

É este, em breves palavras, o palco em que o Mestre de Avis e Nuno Álvares Pereira entram em cena. É este o panorama em que o último cresce e se afirma como figura decisiva na evolução dos acontecimentos. Como tem sido apontado, a sua biografia pode ser dividida em três fases, perfeitamente diferenciadas: a sua juventude

até à morte do rei D. Fernando, em 1383, os anos áureos da crise dinástica e da guerra com Castela até 1401 e, finalmente, o período caracterizado por um crescente alheamento da vida mundana e pela preponderância dos interesses religiosos. A primeira fase apresenta-nos um percurso, em linhas gerais, muito próximo do que é comum num cavaleiro nobre do seu tempo. Em 1373, é admitido na corte de D. Fernando e armado cavaleiro por D. Leonor Teles, casando muito jovem e, segundo parece, por pressão familiar, com D. Leonor Alvim (em 15 de Agosto de 1376). Este facto, referido na crónica em termos simplistas, pode ter tido um significado mais profundo. Como já se chamou a atenção, há uma antiga ligação da rainha ao pai de Nuno Álvares e, através dele, aos seus filhos. Por outro lado, importa não esquecer que a mãe do futuro Condestável é muito próxima de D. Leonor Teles. Assim, neste ano de 1376, em Maio, Nuno Álvares recebe a primeira doação por parte do rei D. Fernando. Do seu casamento, nascem três filhos: dois rapazes, que morrem ao nascer, e uma filha, de nome Beatriz. Esta virá a casar, em 1401, com D. Afonso, filho bastardo de D. João I. São ainda de assinalar as primeiras participações militares de Nuno Álvares no decorrer das guerras fernandinas com Castela: está na vanguarda do exército português que, em Julho de 1381, em Elvas, responde às incursões castelhanas no Alentejo, mas não chega a entrar em combate; desafia, em Novembro do mesmo ano, o filho do Mestre de Santiago, mas a lide não chega a ter lugar, e protagoniza escaramuças nos arrabaldes da Lisboa cercada. Durante a crise de 1383-1385, quando o reino se divide entre dois bandos, opta, contra a orientação dominante na família, pelo partido do Mestre de Avis, assumindo rapidamente um indiscutível protagonismo tanto no campo militar como no político.

Ainda em vida de D. Fernando, manifesta de forma violenta a sua discordância da solução política encontrada no tratado de Salvaterra (já citado). Em Maio de 1383, durante o banquete, em Elvas, onde se festeja a entrega da infanta portuguesa ao marido, derruba violentamente uma das mesas, abandona o local, e parte para o Minho, para junto da mulher. Lê-se na *Crónica do Condestável* que o monarca castelhano, depois de perguntar pela identidade do protagonista de tão insólita actuação, terá comentado: *Quem tal coisa cometia em tal lugar[...] que para mais seria o seu coração.*

É, nesses anos da juventude, destemido. É um jovem que acredita na veracidade dos cavaleiros da Távola Redonda, dizem-nos as fontes. Mas acredita verdadeiramente? Ou afirma-o como forma de contrastar com o ambiente em que vive? Elevar os cavaleiros da Távola Redonda a modelos de comportamento, naquele contexto, não terá sido um modo (um dos modos possíveis, então) de reforçar a sua recusa daquele mundo, antecipando a sua entrada para o Carmo, nessa altura como expressão da sua recusa do mundo? Se assim é, como creio, uma das

facetar transversais da biografia de Nuno Álvares terá sido a sua *forma mentis de homem que recusa*. No fundo, convenhamos que é algo que faz parte da condição de cristão.



in "*Crónica do Condestável de Portugal*" Dom Nuno Álvares Pereira

3

Conta ainda FERNÃO LOPES que terá sido o próprio Nuno Álvares quem, após o falecimento do rei português, e em face da instabilidade política crescente, terá formulado o plano de destruição da supremacia do Conde de Ourém, que estava coligado com a rainha D. Leonor Teles: assassinato do galego e apoio ao Mestre de Avis para encabeçar a reacção. Pessoalmente, custa-me um pouco a admitir esta versão. O futuro Condestável não é ainda figura com peso político suficiente para o fazer: tem apenas 23 anos e os seus créditos militares são ainda escassos.

É possível, no entanto, aceitar que tenha aderido ao plano dos conjurados, sendo, pelas suas ligações familiares, importante no estabelecimento de uma *ponte* com os irmãos (tendo o pai falecido, é então Prior do Hospital o seu irmão Pedro Álvares). Neste sentido, é significativo que, imediatamente, tenha Nuno Álvares

procurado o irmão, tentando aliciá-lo, sem êxito. Regressado a Lisboa, com a revolta a alastrar, a rainha viúva em fuga e o Mestre de Avis aclamado *regedor e defensor do reino*, Nuno Álvares passa a estar no núcleo central da facção que apoia o futuro D. João I. Em 30 de Dezembro de 1383, ocupa o castelo de Lisboa, e, logo após as Cortes de Coimbra aclamarem o Mestre de Avis como rei de Portugal, é nomeado Condestável do reino e mordomo-mor de D. João I. Na verdade, em toda a crise, não pode ainda ser minorizada a importância política da actuação de Nuno Álvares, manifestada em múltiplas circunstâncias. É o caso da sua presença nas referidas Cortes de Coimbra. Manifestando desde o seu início, em termos de grande radicalidade e veemência, o seu apoio à causa do Mestre, não deixa de constituir um *argumento* intimidatório de algum peso, ao lado dos argumentos políticos e jurídicos apresentados por outros. Com razão MARIA HELENA DA CRUZ COELHO escreve que esta *decisiva mutação do poder político deveu-se à contínua pressão de Nuno Álvares sobre a fidalguia, não poucas vezes com insinuações de possível recurso das armas, e ao muito saber e mestria jurídica e oratória de João das Regras. Dois homens fortes, duas pedras angulares, do Mestre e Rei de Avis, que se completavam*. São bem conhecidos os diferentes episódios desta sua actuação. Protagoniza, desde então, os principais momentos da guerra contra Castela, num desdobrar de iniciativas e confrontos bélicos que seria impossível resumir aqui. Em todos estes momentos, revela-se como excelente chefe militar, corajoso, dotado de permanente sentido do dever, de grande capacidade de decisão e de mobilização, exigente consigo e com os outros, capaz de intervenções rápidas, inegável capacidade de chefia no campo de batalha. Como escreve FERNÃO LOPES, *no movimento do arraial, ordenando suas batalhas como haviam de ir, queria-se muito temido como senhor, de guisa que nenhum não passasse do que ele mandava, ca de outra guisa tornava[-se] bravo como leão quando se algum desordenava no regimento que lhe era dado*. Não escrevera antes o mesmo cronista que, entre os seus, *mais haviam os homens reverência que temor?* Em pouco tempo, o jovem destemido da corte de D. Fernando cresce rapidamente. Como homem, está mais maduro, como militar, está mais confiante, como político, está mais estruturado. No conjunto de enfrentamentos militares protagonizados por Nuno Álvares nestes anos, Aljubarrota é o *acontecimento-chave*, onde confluem todos os problemas em debate desde anos atrás, onde o futuro do Reino se liberta dos obstáculos que o passado parecia ter tornado inultrapassáveis, onde se abrem possibilidades até então insuspeitáveis. Nesta ordem de ideias, Aljubarrota é acontecimento revelador. Já foi qualificado, na perspectiva da evolução da história castelhana, como *um erro*. Talvez o tenha sido. Mas, na perspectiva da história portuguesa, é um momento decisivo, em que, no *mare magnum* das questões com que

se debate a sociedade portuguesa de então, a opção que acaba por sair vencedora tem decisivas implicações para o Reino: condiciona a curto prazo as coordenadas políticas da sua inserção na Europa e na Península, determina o enquadramento dos seus canais de ligação económica externa, define o horizonte da estratégia de fronteira que vai inspirar uma parte significativa da futura política expansionista da monarquia lusitana. Em certa medida, ambas as opções dinásticas (de Beatriz e de João) são portadoras de *possibilidades legitimadoras*. Importa não esquecer que Beatriz era filha de D. Fernando e que João era irmão deste. O problema é outro, resulta de uma outra questão. Para Portugal, cada uma das opções dinásticas implica uma opção estratégica profundamente diferente. Por outras palavras, poder-se-á dizer que havia, no início da Crise de 1383-1385, várias *possibilidades realizáveis*, mas a evolução dos acontecimentos militares conduzirá à *única possibilidade que se torna realidade*. Neste sentido, o desfecho de Aljubarrota (em grande parte por mérito de Nuno Álvares) representa o acontecimento militar que viabiliza a opção política desenhada nas Cortes de Coimbra. Este é o seu significado político. Viúvo desde Janeiro de 1388, não volta a casar. Desfrutando de uma posição de inegável destaque na sociedade portuguesa da época (por exemplo, está, desde 1391, encarregado da educação do Infante D. Afonso, o primogénito de D. João I, que virá a falecer alguns anos mais tarde), reconhecido como um dos mais significativos responsáveis pela vitória de D. João I contra a opção política representada pelo rei de Castela, Nuno Álvares Pereira é objecto de inúmeras doações e benesses que, em pouco tempo, o transformam no homem mais poderoso do reino. Sem as pretender referir todas, destaquem-se a dos condados de Ourém, Arraiolos e Barcelos, assim como do senhorio de inúmeras vilas e terras espalhadas de norte a sul do país. Como aponta o cronista FERNÃO LOPES, ele era *o segundo braço da defesa do reino*, o que terá provocado bastantes incompreensões. Esta circunstância não será alheia aos desentendimentos que surgirão dentro de pouco tempo. Tendo Nuno Álvares sido porta-voz das reivindicações da nobreza nas cortes de Braga que tiveram lugar em finais de 1387, isso não foi bem acolhido pelo rei. Este, depois da generosidade com que nos tempos difíceis presenteara os seus partidários (entre eles o Condestável), decide recuperar parte do património doado, propondo-lhes a respectiva compra. Nuno Álvares reage violentamente. Em finais de 1393, por insistência de João das Regras e de outros conselheiros régios, o problema voltará a ser colocado, tendo o Condestável sido convocado para uma reunião, juntamente com outros membros da aristocracia. Também aqui sem resultados, e o mesmo vai-se repetir nos anos seguintes. Trata-se de uma situação que vai estar na base da ida para Castela de vários membros da nobreza portuguesa, a partir de 1396. Com efeito, apesar

de se ter chegado a um acordo, o problema de fundo manter-se-á na medida em que o caminho propugnado pelo rei e pelos seus conselheiros, anunciado já futuras políticas de centralização régia, põe em causa muitos interesses estabelecidos.

Mais tarde, está ainda documentada a sua adesão à política de expansão lusitana em Marrocos. Participa na expedição a Ceuta em 1415 e, em 1425, quando se projecta a expedição de socorro a esta praça africana, manifesta a sua disposição em ir. Mas, para ele, são projectos que já não representam preocupações fundamentais na sua vida.



Convento do Carmo

4

Há anos que o Condestável está orientado por outro tipo de interesses. Desde 1386, manifesta um crescente propósito de promoção da Ordem Carmelita. Fundada por um cruzado calabrês em 1156, reformada em meados do século XIII como ordem mendicante, está presente em Portugal desde a segunda metade desta centúria, instalando-se em Moura, num edifício inicialmente construído pelos cavaleiros do Hospital. A tradição tem considerado ser esta ligação do Condestável à Ordem do Carmo fruto de um voto feito nos campos de batalha (segundo uns, de Aljubarrota, segundo outros, de Valverde).

É possível, mas não há nada que o documento. De qualquer modo, como é sabido, a espiritualidade carmelita caracteriza-se por uma forte componente mariana. Por isso, parece mais sensato admitir que a devoção à Virgem de Nuno Álvares represente um agradecimento por graças e benefícios recebidos. Aliás, são vários os lugares com templos e capelas dedicados à Virgem que ele mandou edificar: Vila Viçosa, Camarate, Sousel, Portel, Monsaraz, Mourão, Évora, Aljubarrota, Estremoz, e Lisboa, onde fundou o Convento do Carmo. Assim, obtidas as respectivas licenças do Papa e do rei, e

iniciadas as obras do Carmelo em Lisboa em finais dos anos 80, estando concluída já em 1397 uma parte significativa do convento, Nuno Álvares oferece-o aos Carmelitas de Moura, convento que ele visitava com frequência, durante as suas campanhas no Alentejo. A construção, erguida no chamado monte da Pedreira, só será concluída em 1422. Nesse ano, Nuno Álvares doa vários dos seus bens, distribuindo-os pelos familiares e vai residir para o Carmelo por ele fundado.

No ano seguinte (em 28 de Julho), doa-o à Ordem do Carmo, onde professa em 15 de Agosto do mesmo ano, como simples irmão donato. De acordo com as Constituições do Carmelo, seria um *semi-frater*, ou seja, um “meio frade” que exerce as funções mais humildes do convento, sem mesmo usar hábito (limitando-se a uma túnica e capa de fazenda grossa, castanha escura). Reza a tradição da Ordem que, despojado de todos os bens temporais e vivendo numa minúscula cela que mais parecia de ermitão, multiplicava as penitências, o cuidado dos pobres e dos doentes. Segundo se conta (e não há fundamento para duvidar da sua veracidade), à porta do convento, distribuía esmolas e alimentos cozinhados numa caldeira de cobre que teria servido, para idênticos fins, na hoste do Condestável em Aljubarrota. A ponto de que os pobres, agradecidos, lhe cantavam trovas, como esta: *O grande condestabre / Em o seu mosteiro / Dá-nos a sua sopa, / Mais a sua roupa, / Mais o seu dinheiro.*

5

Morre em 1 de Abril de 1431. Reza a tradição que, em face do infausto acontecimento, se teria queixado D. Duarte que *perdera o seu maior amigo*, e D. João I, seu pai, teria declarado que o Condestável sempre fora *um dos seus olhos*. A data do seu falecimento tem algum significado. Desde que, em 1383, na sequência do falecimento do rei D. Fernando, se abrem as hostilidades com Castela, a despeito de sucessivas tréguas, assinadas em diferentes momentos, nunca foi acordado um verdadeiro tratado de paz entre as duas monarquias. Podem ser apontadas várias explicações de carácter circunstancial para este adiamento (todas elas com maior ou menor fundamento). No entanto, desde que tinha sido assinada a última trégua (em 1411), não se encontra uma razão de peso que o explique. A não ser um facto, a meu ver, fulcral: D. Beatriz, a filha de D. Fernando e D. Leonor Teles, viúva do monarca castelhano João I - e cuja pessoa tinha sido, no fundo, o *ponto de partida* para o conflito -, continua viva, em Tordesillas.

Compreende-se, assim, que Castela não possa assinar um tratado formal de paz; fazê-lo em vida da rainha viúva significaria colocar em causa todo um passado da monarquia castelhana e implicaria abdicar de alguém que, pelo facto de existir, constituiria sempre um importante *argumento* de pressão sobre Portugal. Não

sabemos exactamente quando faleceu D. Beatriz, mas as investigações mais recentes apontam para os anos à volta de 1420. Neste contexto, falecida a princesa portuguesa, e sendo então favorável a conjuntura europeia, já nada impede que a paz formal seja acordada. Assinado em Medina dei Campo, em 30 de Outubro de 1431 (será ratificado, pela parte portuguesa, em Almeirim, a 27 de Janeiro de 1432), é um documento fundamental na história das relações diplomáticas entre os dois reinos peninsulares na Baixa Idade Média. Encerra um longo período de hostilidades que remontam aos anos 80 do século XIV e constitui, simultaneamente, um ponto de partida para um novo ciclo no decorrer do qual, porque, entretanto, surgiram novos problemas, surgiu a necessidade de se negociarem e assinarem novos tratados (o de 1479-1480 e o de 1494). Em ambas as situações, o tratado de 1431 funcionou como texto inspirador. Neste sentido, a circunstância de Nuno Álvares Pereira, figura emblemática na conjuntura difícil que sucede à morte de D. Fernando, ter falecido em 1431 e, neste mesmo ano, ter sido assinado o tratado de paz que formalmente encerra décadas de hostilidades, não deixa de ser interessante. Trata-se, evidentemente, de uma pura coincidência. No entanto, não deixa de ser uma coincidência significativa.



Pormenor do portal da Igreja do Santo Condestável (Lisboa)

6

Tendo vivido muitas, diferentes e contraditórias experiências ao longo da sua vida, todas as fontes são unânimes no acentuarem ter sido ele homem de profunda piedade, que em todo o momento praticou de forma excelsa as virtudes cristãs. Recordando as suas palavras - aquelas que as fontes nos transmitiram, muito provavelmente reorganizando um discurso cujo sentido mais profundo terão certamente mantido -, encontramos um esquema coerentemente assente em poucos mas fundamentais pilares: o sentido da transcendência associado à preocupação pela defesa do rei e do reino (na sua boca, é a obra de Deus que se quer lembrar do reino de Portugal, e entendido o reino como a terra que me criou), a lealdade aos amigos e companheiros, o espírito militar inspirado na cavalaria típica da Baixa Idade Média (Galaaz e os cavaleiros da Távola Redonda seriam o seu modelo, segundo ele próprio declara). No final da sua vida, acentua-se o desprendimento, o sentido da pobreza. Mas sempre está presente o espírito de oração, a devoção mariana, o sentido da renúncia, da castidade e da família. Encontramos nas crónicas de FERNÃO LOPES abundantes exemplos destas qualidades. Sendo impossível referi-las todas no espaço limitado deste texto, limito-me a indicar apenas dois. Em Abril de 1384, perto da vila de Fronteira, esperando o avanço castelhano, no que seria a vitória dos Atoleiros, Nuno Álvares proclama aos seus, pedindo-lhe que, na refrega que se aproxima, se lembrem de quatro coisas: A primeira, que se encomendassem a Deus e à Virgem Maria, Sua Mãe, que os quisesse ajudar contra seus inimigos, pois que justa querela tinham contra eles, e que tivessem firme fé que assim havia de ser. A segunda, como vinham ali por defender a si e suas casas e bens, e se tirarem da sujeição em que os el-rei de Castela queria pôr contra razão e direito. A terceira, como eram ali por servir seu senhor e alcançar grande honra que a Deus prazeria de lhe dar muito cedo. A quarta, que firmassem em seus entendimentos de sofrer todo trabalho e porfiar na peleja, não uma hora, mas um dia se mester fosse. No ano seguinte, nas vésperas de Aljubarrota, numa reunião que teve lugar em Abrantes, quando D. João I parece ceder à opinião de alguns que, perante a diferença de tamanho dos dois exércitos, defendiam o adiamento do embate, declara em termos brutais não estar disposto a ceder: [isto] disse a el-rei meu senhor que aqui está, quando lhe em Guimarães primeiramente veio recado que el-rei de Castela queria entrar no reino. E neste acordo ficámos então, e sempre lhe tal desejo senti, mas se [o] vós agora mudais de seu propósito bom e vos ele quer seguir vontade, pode fazer o que sua mercê for, mas nunca me entendo mudar do meu; e daqui em diante fazei como quizerdes, porque eu não cuido em vos nisso mais de falar.

Expressão de tudo isto é o seu estandarte. FERNÃO

LOPES descreve-o assim: com o campo branco e uma cruz vermelha no meio, ficava dividido em quatro quartos; em cima, de um lado, está a imagem de Cristo crucificado, com a Virgem e S. João; no outro lado, a Virgem com o seu Filho ao colo; nos dois quartos de baixo, no primeiro, S. Jorge ajoelhado com as mãos juntas, e, no outro, Santiago na mesma posição. Ao primeiro olhar, saltam duas realidades; espiritualidade mariana, em cima, e inspiração cavaleiresca, em baixo. Aqui estão, lado a lado, S. Jorge e Santiago. Este é o tradicional patrono da guerra contra o infiel na Península Medieval. Mas aquele, embora conhecido em Portugal desde há tempo, só durante a crise de finais do século XIV será incorporado na cultura portuguesa enquanto símbolo do Reino. A origem é claramente inglesa. No entanto, permito-me acrescentar que, nesta situação, a presença de S. Jorge é um símbolo muito mais complexo. Recordo que, nas Cortes de Coimbra, de 1385, os próprios procuradores declaram que os valores por eles defendidos se pautam pelo modelo inglês: com efeito, a abrir o primeiro capítulo geral, e ao indicarem que tipo de relação deve o rei manter com os seus conselheiros, esclarecem: *porque assim se costuma fazer pelos Reis de Inglaterra, e por isto são louvados em todas as partes do mundo*. Quer dizer, há, a partir de 1385, uma dimensão ideológica na posição dos apoiantes do Mestre de Avis que se traduz numa opção estratégica e diplomática a favor da Inglaterra (que vai conduzir ao tratado de Windsor e ao casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre), e que o Condestável assume em termos simbólicos no seu estandarte. Terá interesse, a este respeito, recordar que o Papa Bento XVI, no discurso pronunciado em Roma, na cerimónia da canonização que teve lugar em 26 de Abril de 2009, chamou precisamente a atenção para este aspecto. São estas as palavras do Sumo Pontífice: *Sinto-me feliz por apontar à Igreja inteira esta figura exemplar nomeadamente pela presença duma vida de fé e oração em contextos aparentemente pouco favoráveis à mesma, sendo a prova de que em qualquer situação, mesmo de carácter militar e bélico, é possível actuar e realizar os valores e princípios da vida cristã, sobretudo se esta é colocada ao serviço do bem comum e da glória de Deus*. Temos notícias de uma antiga e continuada devoção popular, de que constituem relevante expressão a crença nos seus milagres, testemunhada em compilações quatrocentistas que os descrevem abundantemente (uma delas relata 221 situações). A este respeito, é interessante assinalar que o primeiro vestígio do seu culto na liturgia data da segunda metade do século XV. A partir de um breviário carmelita que se encontra em Parma, em Itália, e da análise das festas litúrgicas aí assinaladas, foi possível determinar duas circunstâncias interessantes: que terá sido redigido entre 1456 e 1478, e que se trata muito provavelmente de um breviário dos Carmelitas de Lisboa. Ou seja, que a festa de Nuno

Álvares Pereira aí assinalada em 1 de Abril (dia do seu falecimento) revela, por um lado, a existência do culto desde muito cedo e, por outro, a sua raiz na Ordem religiosa a que tão fortemente esteve ligado. Com efeito, desde muito cedo, a monarquia portuguesa fez as primeiras diligências no sentido da sua canonização. Reza a tradição que D. Duarte deu ordem que uma lâmpada de prata ardesse permanentemente na campa do Condestável. No sumário que, em data incerta (entre 1432 e 1433) o Infante redigiu para ser pregado o sermão sobre Nuno Álvares, assim como numa carta que o mesmo enviou em Julho de 1437 a Frei Gomes, o abade do mosteiro florentino de Santa Maria, já está perfeitamente claro este propósito. Nesta missiva, o monarca queixa-se de ainda não ter recebido o *desembargo que saiu do canonizamento do Santo Condestabre per que se tire a inquirição que sobre isto se costuma fazer*. E, tanto quanto se sabe através de testemunhos indirectos, idêntica convicção se encontra nas seguintes gerações da família real de Avis. É especialmente interessante o caso do Infante D. Pedro, irmão de D. Duarte, autor de um breve elogio de Nuno Álvares, onde escreve: *Modelo de príncipes, exemplo de senhores, espelho de contemplativos és tu, bem-aventurado Nuno! Tu foste firme e forte em combate, humilde e apiedado na vitória, justo e misericordioso na paz, obediente e devoto no claustro!*.

Posteriormente, foram feitas várias tentativas, renovadas em 1641, 1674, e 1894, mas só em 1917, como resultado das diligências iniciadas em 1914 pelo Patriarca de Lisboa, foi pela Santa Sé reconhecida a antiguidade da devoção à sua pessoa, sendo o decreto de beatificação datado de 15 de Janeiro de 1918. No ano seguinte, foi autorizado o culto público em Portugal. É, aliás, no decorrer do século XX, nomeadamente na primeira metade desta centúria, que tem lugar a crescente presença da figura de Nuno Álvares no espaço público, quer através das numerosas instituições que o tomaram como padroeiro (é o caso da Arma de Infantaria), quer como eco dos movimentos ligados à Cruzada Nacional Nun'Álvares (1918-1938), ou, finalmente, através da atribuição do seu nome com finalidade de identificação institucional ou toponímica. As comemorações do centenário da sua morte, em 1931, e do seu nascimento, em 1960, podem constituir outros exemplos deste fenómeno. Entretanto, já em 18 de Novembro de 1940, o Patriarca de Lisboa solicita ao papa Pio XII a canonização do Condestável, multiplicando-se a partir de então os textos publicados em Portugal que debatem esta questão. Retomado nestes anos o processo de canonização, agora claramente inspirada a partir da hierarquia eclesiástica, só o seria formalmente a partir de Julho de 2003, com o desfecho positivo em 2008 (em 3 de Julho deste ano, o Vaticano reconhece as virtudes heroicas do Condestável, assim como a sua intervenção numa cura milagrosa). Anunciada a canonização, em 21

de Fevereiro de 2009 pelo Papa Bento XVI, teve esta lugar em Roma no dia 26 de Abril do mesmo ano.

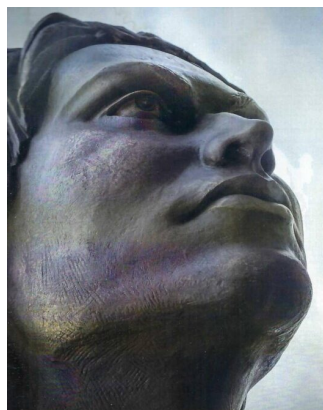


Santo Condestável. Pormenor do Arco da Rua Augusta (Lisboa)

7

Objecto de atenção já no século XV, através de dois textos que são fontes indispensáveis para o conhecimento da sua figura (a *Crónica de D. João I* de FERNÃO LOPES e a *Crónica do Condestabre*, texto anónimo), referido por CAMÕES, que (no canto IV de *Os Lusíadas*) coloca na sua boca palavras reveladoras de grande capacidade de chefia, Nuno Álvares Pereira será no século XVII objecto de crescente atenção, valorizado enquanto topos de uma afirmação autonomista no quadro da dinastia filipina. Para isso terá contribuído a publicação, em 1610, do poema épico de RODRIGUES LOBO, *O Condestabre de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*. Neste contexto, a circunstância de Nuno Álvares ser antepassado directo da dinastia Bragança favorece, naturalmente, esta apropriação, frequentemente visível na parenética e em vários textos publicados ao longo do século XVII. Não se pode dizer que, nas duas centúrias seguintes, a figura do Condestável tenha sido de objecto de uma atenção digna de ser assinalada - para além de algumas reedições de textos anteriormente publicados e de alguma obra literária, como *O Alfageme de Santarém* de ALMEIDA GARRETT (publicado em 1841) -. Mas vai ser com *A Vida de Nun'Álvares* de OLIVEIRA MARTINS, dada à estampa em 1893, que o panorama se altera. Texto de

grande qualidade literária, é ainda hoje de consulta fundamental; durante décadas, vai influenciar de forma decisiva o retrato dominante do personagem. Deixa, no entanto, no leitor alguma insatisfação por revelar, da parte do autor, uma excessiva retro-projecção da política portuguesa contemporânea. Em carta que lhe dirige em 26 de Abril de 1894, EÇA DE QUEIROZ faz-lhe um grande elogio (*têm sido os Filhos de D. João I e agora o Nun'Álvares que me têm feito patriota*, escreve), mas, de modo pertinente, não deixa de realçar quanto manifesta a experiência pessoal e política do autor no Portugal do século XIX: [...] *haveria a discutir se não lhe meteste na alma muita coisa que é só do nosso século, quase só destes últimos cinquenta ou sessenta anos*. Aliás, numa passagem anterior, tinha comentado: *E aí está o que é um grande historiador chafurdar em Política: insensivelmente transporta para os homens do passado a ironia ou o desdém que lhe inspiraram os homens na véspera - e desabafa nas costas dos mortos*. Ao longo do século XX, o Condestável será objecto de atenção frequente por parte de poetas, sendo inúmeros os estudos dedicados à sua pessoa, actuação e espiritualidade, de qualidade e dimensão diversa, assim como trabalhos dispersos onde se abordam questões de pormenor ou complementares. Figura emblemática da história portuguesa no final da Idade Média, Nuno Álvares Pereira é protagonista de muitos dos momentos decisivos daqueles anos. Ligado desde sempre ao rei D. João I e ao seu percurso biográfico, constitui uma figura fundamental para a compreensão do seu tempo. Sem ele, muito provavelmente a história de Portugal teria sido diferente. Personalidade muito vincada, desde cedo adquire um carácter exemplar pelo seu percurso de vida, visível tanto nos feitos que lhe são atribuídos como na profunda vivência religiosa que sempre o acompanhou. Recentemente canonizado, adquiriu por isso mesmo uma dimensão universal. Recordando as palavras do papa Bento XVI, atrás citadas, tal se deve aos valores que incarnou: *vida de fé e oração; em qualquer situação, é possível actuar e realizar os valores e princípios da vida cristã*. Foi por estes valores que Nuno Álvares Pereira, filho do prior do Hospital, Condestável de Portugal, protagonista de tempos difíceis, foi santificado.



D. Nuno Álvares Pereira (pormenor)



* Texto publicado no opúsculo aquando da inauguração da estátua de homenagem a Dom Nuno Álvares Pereira, a 6 de Novembro de 2016, no Jardim Ducla Soares, no topo da Avenida da Torre de Belém.

** Universidade Lusíada do Porto.